TL6516

A QUESTÃO DE TIMOR-LESTE E A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1985

A próxima campanha para as eleições presidenciais vai ocupar -- se não está ocupando já -- o centro das atenções da vida política portuguesa, com o risco de muitas outras questões serem subalternizadas.

O problema de Timor-Leste dificilmente escapará a esta dinâmica. Pela delicadeza das questões que levanta a nível internacional, pela cumplicidade voluntária ou involuntária, de certos sectores políticos nacionais com o genocídio físico e cultural do povo maubere -- porque a resistência daquele povo é uma ofensa à "objectividade" de certas análises e ao sossego de muitas consciências -- o problema de Timor-Leste será "naturalmente"esquecido das intervenções eleitorais, ou só aflorado ao correr do discurso, afogado na multidão dos assuntos que afligem os portugueses. Reforçar-se-á assim a marginalidade da questão de Timor-Leste face à realidade portuguesa.

Simultaneamente, e sob a égide da O.N.U., têm vindo a desenrolar-se nos últimos meses conversações entre Portugal e a Indonésia. Qual tem sido o seu conteúdo? A que resultados se tem chegado? Ignora-se. Sabe-se apenas que uma das"partes interessadas" tem estado ausente desses encontros: o povo maubere, através dos seus legítimos representantes, não foi ainda ouvido. E a opinião pública portuguesa tem de estar alertada para este facto e preparada para se confrontar com a possibilidade de, a curto prazo, Portugal e a Indonésia, sob os auspícios da O.N.U., imporem ao povo de Timor-Leste uma solução negociada unilateralmente.

Nestas circunstâncias, é fulcral trazer o problema de Timor-Leste para o centro da campanha presidencial!

De que modo? Será que o lançamento de uma "candidatura presidencial por Timor-Leste" permitirá concretizar este objectivo?

Uma campanha como esta não pode ter quaisquer ambições eleitorais, ou seja, tem de afirmar, desde o início e claramente, que não pretende promover ninguém nem apresentar-se a votação.

Teria a vantagem de permitir a utilização da imprensa escrita, rádio e televisão com uma amplitude e audiência fora das possibilidades usuais das organizações de solidariedade com Timor-Leste. Ter-se-ia assim, e pela primeira vez, a oportunidade de abordar, de uma forma sistemática, o problema em toda a sua riqueza e complexidade, desde o papel da Igreja Católica no conflito às responsabilidades de Portugal enquanto potência administrante, passando pela organização da resistência e pela situação dos refugiados timorenses no nosso país. Sem esquecer de dar a conhecer quem é o agressor, com que malhas se tece o seu poder e de que barro são feitos os seus pés.

Por outro lado, ao colocar-se no mesmo terreno das outras candidaturas, ao ombrear com elas publicamente, esta candidatura agiria no sentido de forçar à definição dos outros candidatos perante o problema.

Uma objecção imediata, no entanto, se poderá levantar, qual seja o carácter parcelar dos temas visados por esta candidatura quando confrontado com um quadro institucional que privilegia as questões globais. Tal circunstância poderia torná-la alvo fácil, retirar-lhe credibilidade, desprestigiar a luta do povo maubere e, consequentemente, agravar a sua marginalidade. Voltar-se-ia assim o feitiço contra o feiticeiro: a questão de Timor-Leste sairia mais isolada, mais ignorada, dos portugueses.

É precisamente discutir da viabilidade política desta iniciativa, avaliar da sua capacidade de resposta ao objectivo proposto e/ou de se procurarem outras alternativas que nos propomos fazer, tendo presente que o destino do povo maubere só a ele diz respeito e que é precisamente este direito que queremos que seja respeitado.

Teresa Galhardo
A. Pinto Pereira
Loff Barreto

Lisboa, 8 de Maio 1985